

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 633.906 - SC (2014/0305547-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : J L S H
ADVOGADOS : SÉRGIO FERNANDO HESS DE SOUZA - SC004586
DANTE AGUIAR AREND - SC014826
MARCELO SACCOMORI PALMA - SC024737
AGRAVANTE : I P
AGRAVANTE : M C P
AGRAVANTE : PINGOMANIA KIDS INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
AGRAVANTE : IDIEI REPRESENTAÇÕES LTDA
AGRAVANTE : MAM ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
ADVOGADOS : AMIR CARLOS MUSSI E OUTRO(S) - SC000367
DARCI DE MARCO DEBASTIANI - SC008931
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : INTEPE INDÚSTRIA TÊXTIL PEREIRA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO ALVES RODRIGUES - SÍNDICO - SC021246
AGRAVADO : MALIBER INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS SOAVE - SP055599

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por I. P. e outros em face da decisão de admissibilidade negativa de recurso especial por força das Súmulas 283 e 284/STF e 7/STJ, por ausência de impugnação a fundamentos do julgado estadual, ausência de clareza para permitir a exata compreensão de controvérsia e propósito de reexame de matéria fática, causas que interferem no objetivo de reforma de acórdão que manteve a sentença proferida em ação revocatória, conforme ementa redigida nos seguintes termos (fls. 880/881):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVOCATÓRIA. PRELIMINARES DE JULGAMENTO *EXTRA PETITA*, INÉPCIA DA INICIAL, SENTENÇA GENÉRICA, FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE E CERCEAMENTO DE DEFESA. AFASTAMENTO. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO ATINGIU BENS DE TERCEIROS. DIREITO ALHEIO. IMPOSSIBILIDADE DE POSTULAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 6º DO CPC. PATRIMÔNIO NÃO EXCLUSIVO DA MASSA FALIDA QUE SOFREU REFLEXOS DA DECLARAÇÃO JUDICIAL.

LEGALIDADE. DEMANDA INTENTADA EM FACE DAQUELES QUE CONCORRERAM PARA OS ATOS FRAUDULENTOS. PROVAS NÃO DERRUÍDAS PELOS REQUERIDOS. ACOLHIMENTO DO PLEITO VESTIBULAR. RECURSOS DESPROVIDOS.

"Não há falar em sentença *extra petita* quando os fundamentos jurídicos que a suportarem houverem sido suscitados pelas partes no decorrer do processo" (TJSC, Ap. Cív. n. 2000.012807-4, de Tangará, Rel. Des. Substituto Robson Luz Varella, DJe de 9-11-2009).

"A petição inicial só deve ser indeferida, por inépcia, quando o vício apresenta tal gravidade que impossibilite a defesa do réu, ou a própria prestação jurisdicional (REsp n° 193.100/RS, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJ de 4/2/02)" (STJ, REsp n. 753.248/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU de 19-12-2005).

"Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei" (CPC, art. 6º) (TJSC, Ap. Cív. n. 2007.011434-8, de São Bento do Sul, Rel. Des. Luiz Carlos Freyesleben, DJe de 27-11-2009).

"O parágrafo único do art. 55 -do DL n° 7.661/45, enumera as pessoas contra quem pode ser promovida a ação revocatória, entre elas, nos termos do inciso I, 'todos os que figuram no ato, ou que, por efeito dele, foram pagos, garantidos ou beneficiados'. Inconteste, portanto, a possibilidade de, comprovado o desvio de patrimônio da empresa e a prática de fraude pelo ex-administrador em conluio com sua ex-esposa, revogarem-se os atos por eles praticados, com fulcro no art. 53 da revogada Lei de Falências" (STJ, REsp n. 518.678/RJ, Rela. Mina. Nancy Andrigli, DJU de 29-10- 2007).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 919/952.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Da análise da petição de fls. 1.220/1.230, observa-se que os agravantes não rebatem, como seria de rigor, todos os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a tecer considerações sobre o mérito da matéria tratada no especial, acerca da preclusão da

sentença que decidiu que terceiros não incluídos na ação não poderiam ser atingidos pela coisa julgada, preclusa no ponto por ausência de recurso do Ministério Público estadual, além de impossibilidade de desconsideração da personalidade jurídica sem pedido formulado pelos autores.

Dessa forma, as razões do recurso deixaram de impugnar a aplicação dos óbices sumulares indicados na decisão presidencial, incidindo na hipótese, por analogia, o princípio cristalizado no enunciado da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, cujo teor é o seguinte:

É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nesse sentido, entre outros:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTAÇÃO DESPROVIDA DE CONTEÚDO JURÍDICO. MERA REJEIÇÃO DO DECISUM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 182/STJ. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

1. O agravante deve atacar, especificamente, os fundamentos lançados na decisão agravada, refutando todos os óbices por ela levantados, sob pena de vê-la mantida. (Súmula 182/STJ).

2. "De acordo com o princípio da dialeticidade, as razões recursais devem impugnar, com transparência e objetividade, os fundamentos suficientes para manter íntegro o decisum recorrido. Deficiente a fundamentação, incidem as Súmulas 182/STJ e 284/STF" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26.11.2008).

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(Terceira Turma, AgRg no Ag 1.125.537/RS, Rel. Ministro PAULO FURTADO [Desembargador convocado do TJ/BA], DJe 10.6.2010)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA INEFICAZ. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ANALOGIA.

I - Em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser fundamentados. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Na hipótese, a agravante deixou de infirmar os fundamentos da decisão agravada, atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ.

(...)

IV - Agravo regimental não conhecido.

(Primeira Turma, AgRg no REsp 859.903/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJU de 16.10.2006)

Cabe consignar, que é impossível o exame de qualquer fundamento do recurso sem que todos tenham sido impugnados.

O enunciado 182 da Súmula do STJ, contudo, refere-se a impugnação precisa de todas as razões da decisão impugnada, pois, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sob pena de não conhecimento, por ausência de cumprimento dos requisitos exigidos no art. 544, § 4º, inciso I, do CPC de 1973 (correspondente ao artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015). Para ilustração:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

(...)

2. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, o não conhecimento do agravo em recurso especial por ter sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 544, § 4º, I, do CPC/73. Incidência da Súmula nº 182 do STJ e violação do art. 1021, § 1º, do NCPC.

3. Agravo interno não conhecido.

(Terceira Turma, AgInt no AREsp 878.403/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe de 23.6.2016)

Em recente precedente da Corte Especial, firmado por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial 746.775/PR, do qual foi relator para acórdão o Ministro Luis Felipe Salomão, foi ratificado esse entendimento.

Na ocasião, o Colegiado, por maioria, decidiu que não há possibilidade de impugnação parcial da decisão que deixa de admitir o recurso especial, uma vez que implicaria exame indevido de questões já atingidas pela preclusão consumativa, decorrente da inércia da parte agravante em se contestar no momento oportuno, pois o conhecimento do agravo obriga o STJ a conhecer de todos os fundamentos do recurso especial.

Confirmam abaixo a ementa do mencionado julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado *especificamente* os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando

inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(Corte Especial, EAREsp 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Ministro LUÍS FELIPE SALOMÃO, DJe de 30.11.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora